



**Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude**  
**Secretaria Executiva de Assistência Social**  
**Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente**  
**Fundação Apolônio Salles**



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES  
F A D U R P E



UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO

Secretaria de  
Desenvolvimento  
Social, Criança  
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO  
**PERNAMBUCO**  
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA  
CIDADANIA

**PÁTRIA AMADA  
BRASIL**  
GOVERNO FEDERAL



# CURSO

## A ATUAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM SITUAÇÕES DE CALAMIDADES PÚBLICAS E EMERGENCIAIS

Facilitadora: Cyntia Medeiros



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES  
F A D U R P E



UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO

Secretaria de  
Desenvolvimento  
Social, Criança  
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO  
**PERNAMBUCO**  
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA  
CIDADANIA





## O Curso

Fomentar o conhecimento técnico para aprimoramento e qualificação do trabalho social realizado junto às famílias que vivenciam situações socioemergenciais. Facultar a compreensão de elementos teóricos importantes sobre pobreza, território e situações de calamidade pública, intersectorialidade bem como orientações metodológicas e técnico operativas para execução do serviço no âmbito da proteção social especial de alta complexidade do SUAS



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES  
F A D U R P E



UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO

Secretaria de  
Desenvolvimento  
Social, Criança  
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO  
**PERNAMBUCO**  
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA  
CIDADANIA





## Objetivo Geral

**Contribuir para o aperfeiçoamento do trabalho técnico no atendimento às famílias que vivenciam situação de calamidade pública e emergências sociais no âmbito da Política de Assistência Social.**



## MÓDULO IV

# PÓS- DESACOLHIMENTO E CUIDADO E APOIO AOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM EM SITUAÇÕES DE CALAMIDADES PÚBLICAS E EMERGENCIAIS



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES  
F A D U R P E



UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO

Secretaria de  
Desenvolvimento  
Social, Criança  
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO  
**PERNAMBUCO**  
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

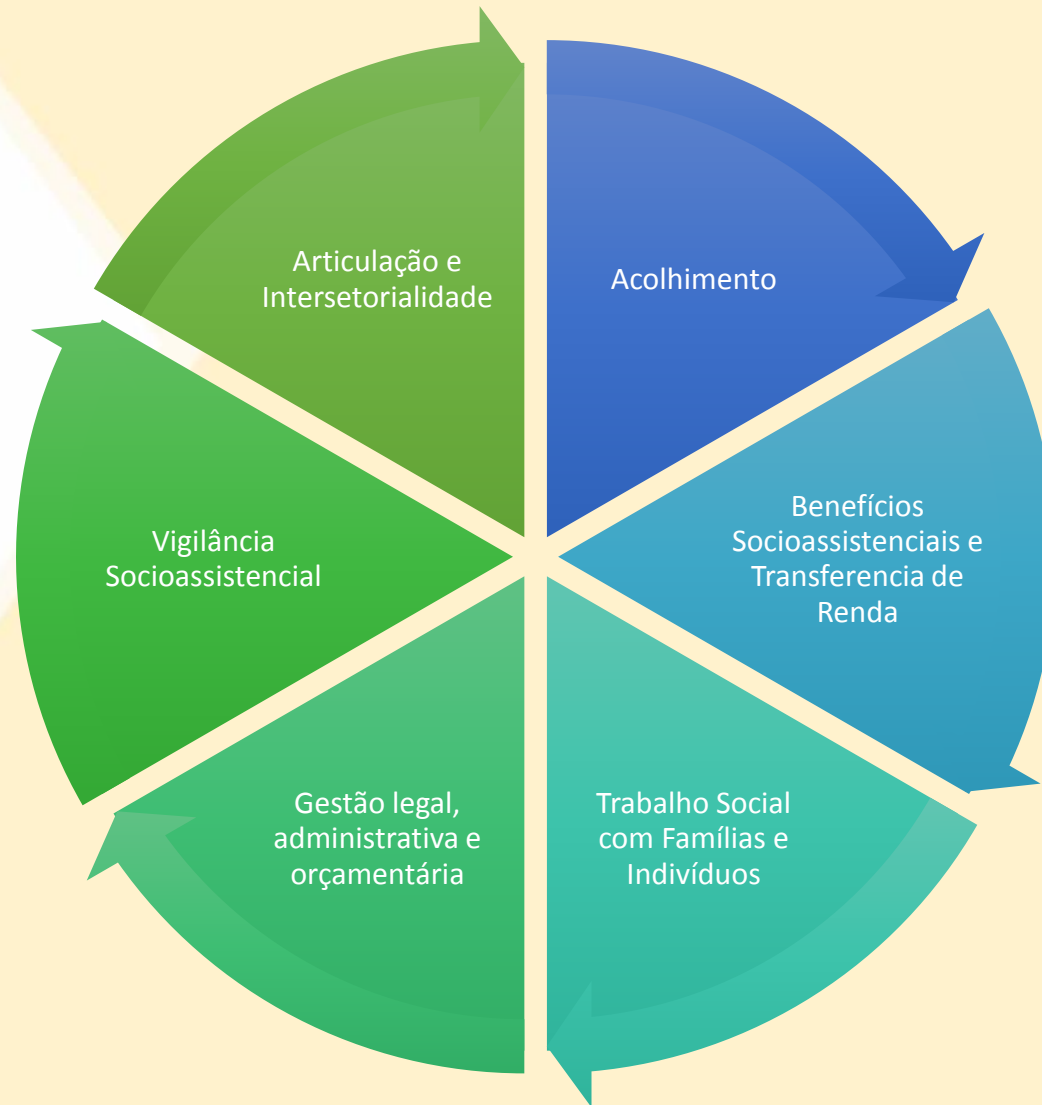
MINISTÉRIO DA  
CIDADANIA

 **PÁTRIA AMADA  
BRASIL**  
GOVERNO FEDERAL



# 1.ATIVIDADES PÓS-ACOLHIMENTO E GARANTIA DE CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS EXISTENTES







**Segundo a Instrução Normativa nº2, de 20 de dezembro de 2016, do Ministério da Integração Nacional, as ações de recuperação são as medidas desenvolvidas após o desastre para retornar à situação de normalidade, que abrangem a reconstrução de infraestrutura danificada ou destruída e a reabilitação do meio ambiente e da economia, visando ao bem-estar social. Ou seja, medidas que tem o objetivo de:**

**Restabelecer as atividades rotineiras dos equipamentos, apoiar indivíduos e famílias ao retorno de suas rotinas diárias e na construção de novos projetos de vida.**



**FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES**  
F A D U R P E



**UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO**

Secretaria de  
Desenvolvimento  
Social, Criança  
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO  
**PERNAMBUCO**  
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA  
CIDADANIA



**PÁTRIA AMADA  
BRASIL**  
GOVERNO FEDERAL



De maneira mais ampla, após a fase de emergência, cabe assegurar, no órgão gestor da política de assistência social, ponto(s) focal(is) para coordenar e organizar a desmobilização gradual das ações empreendidas em razão do contexto de emergência, em articulação com a rede socioassistencial, as demais áreas envolvidas nos municípios e em conjunto com o órgão gestor estadual de assistência social, desde a mobilização de recursos financeiros até a prestação de contas dos mesmos.



Para tanto é necessário, que o município elabore um planejamento e execute a desmobilização gradual das ações implantadas ou reorganizadas em razão da emergência socioassistencial, de modo a prevenir a brusca interrupção e evitar danos e prejuízos às famílias e indivíduos afetados e, igualmente, a sobrecarga das equipes envolvidas. Deste modo, avaliar a necessidade de estender a execução de algumas ações socioassistenciais após o período da emergência, conforme necessidades locais e observando-se aspectos como a não interrupção brusca de algumas provisões como, por exemplo, o provimento de alimentos visando a segurança alimentar.



**Reestabelecer e/ou reorganizar o retorno progressivo das atividades de rotina da rede socioassistencial**

**Preservar a referência e a continuidade do atendimento e acompanhamento dos usuários nos serviços;**

**Assegurar, quando necessário no pós-emergência, a continuidade do acompanhamento, interlocução e articulação com os agentes externos responsáveis pela reparação de danos causados por contextos que resultem em emergências decorrentes de desastres como, por exemplo, rompimento de barragens, visando à proteção social das famílias e indivíduos afetados.**



**Não devemos esquecer a necessidade de prestar, ao órgão gestor e/ou nacional de assistência social, informações referentes ao processo de desmobilização das ações socioassistenciais empreendidas localmente em razão do contexto de emergência socioassistencial.**





**ALGUMAS AÇÕES, PÓS-EMERGÊNCIA, PODEM SER IDENTIFICADAS COMO AFETAS À EQUIPE DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL, POR EXEMPLO:**

**Continuar/manter processos de busca ativa e registro, caso se considere que ainda não foram todos registrados durante o contexto de emergência;**

**Avaliar a atuação da rede socioassistencial no contexto da emergência, identificando potencialidades e necessidades de ajustes e melhorias para ações futuras que se façam necessárias;**

**Realizar reuniões periódicas com as coordenações e equipes da rede socioassistencial, visando ao acompanhamento e avaliação do processo de desmobilização das ações no pós-emergência;**



**Elaborar diagnósticos/estudos, em conjunto com a coordenação e equipe das unidades socioassistenciais de referência, com o objetivo de monitorar situações de vulnerabilidade e risco decorrentes da emergência, visando prevenir o agravamento destas situações por meio das ofertas socioassistenciais e da articulação intersetorial no território;**

**Identificar novas famílias e indivíduos que demandem ofertas do SUAS no contexto do pós-emergência, assegurando a inserção na rede de serviços e benefícios socioassistenciais;**

**Articular ações intersetoriais que possam contribuir para a devida reconstrução das condições de vida familiar e comunitária;**



## NO ÂMBITO DA REALIZAÇÃO DO TRABALHO SOCIAL, PODEMOS PONTUAR:

**Desmobilizar os alojamentos provisórios ou outras formas de acolhimento não institucionais, encaminhando as famílias e indivíduos para retorno às suas residências, casa de parentes/amigos, moradias provisórias ou outros espaços de acolhimento na rede socioassistencial;**

**Estabelecer, em conjunto com a coordenação e equipe das ofertas socioassistenciais de acolhimento, fluxos de referência e contrarreferência que assegurem a continuidade do acesso às ações do Sistema Único de Assistência social - SUAS para as famílias e os indivíduos desabrigados e/ou desalojados;**



Estabelecer, em conjunto com a coordenação e equipe das ofertas socioassistenciais de acolhimento, fluxos de referência e contrarreferência que assegurem a continuidade do acesso às ações do Sistema Único de Assistência social - SUAS para as famílias e os indivíduos desabrigados e/ou desalojados;

Manter ou criar, quando necessário, postos de atendimento descentralizados da Assistência Social nas localidades em que se verificarem maior vulnerabilidade ou risco social oriundos do contexto de emergência;



**Avaliar a necessidade de manutenção e/ou ampliação da oferta do(s) benefício(s) eventual(is) concedido em razão da emergência e, nos casos que se fizerem necessário, incluir as famílias e indivíduos afetados em outras modalidades de benefício eventual ou benefícios continuados (BPC e Programa Bolsa Família, por exemplo), bem como o encaminhamento para as demais políticas públicas;**

**Manter a continuidade do trabalho social com famílias junto as famílias e indivíduos afetados até que tenham reorganizado seus projetos de vida e/ou superado as situações de vulnerabilidade e riscos causados pelo contexto de emergência, conforme avaliação conjunta entre equipe técnica e família. Atentar-se, em especial, às demandas específicas de públicos prioritários, povos e comunidades tradicionais;**



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES  
F A D U R P E



UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO

Secretaria de  
Desenvolvimento  
Social, Criança  
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO  
**PERNAMBUCO**  
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA  
CIDADANIA

 **PÁTRIA AMADA  
BRASIL**  
GOVERNO FEDERAL



**Promover ações que visem o resgate e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e apoiar os afetados na readaptação e construção de novos projetos de vida, no âmbito dos serviços e programas socioassistenciais;**

**Atuar na prevenção e no enfrentamento de situações de violência e violação de direitos, decorrentes ou agravadas pelo contexto de emergência;**



**FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES**  
F A D U R P E



**UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO**

Secretaria de  
Desenvolvimento  
Social, Criança  
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO  
**PERNAMBUCO**  
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA  
CIDADANIA





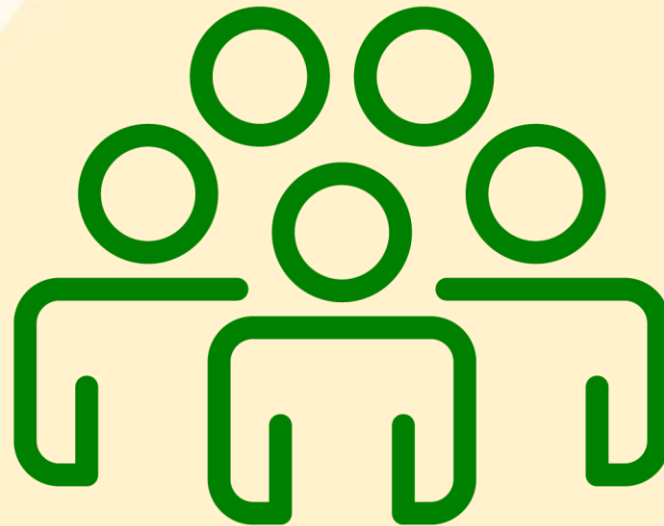
**Encaminhar usuários para possível suporte jurídico, nos casos em que indenizações por danos morais ou coletivos sejam possíveis e inclusão deste público no acompanhamento pela Proteção Social Básica ou Proteção Social Especial, quando necessário;**

**Incentivar a participação dos afetados em espaços de discussão e decisões relacionadas ao contexto de emergência socioassistencial (conselhos, organizações da sociedade civil ou outros).**

**No que concerne à gestão dos trabalhadores, pontuamos a necessidade de reestabelecer e/ou reorganizar as rotinas dos trabalhadores que foram remanejados, cedidos e demais arranjos, de forma que estes possam retornar às suas atividades.**



# Impactos, supervisão, apoio, cuidado e orientações dos profissionais que atuam no enfrentamento às emergências sociais



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES  
F A D U R P E



UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO

Secretaria de  
Desenvolvimento  
Social, Criança  
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO  
**PERNAMBUCO**  
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA  
CIDADANIA



PÁTRIA AMADA  
**BRASIL**  
GOVERNO FEDERAL



A



B



Naquela manhã, acordei com o som de helicópteros que voavam baixo e carregavam as cores do Exército Brasileiro. Recebi, ainda no ônibus a caminho do trabalho, as primeiras informações sobre o que havia ocorrido. O pânico era evidente. No trajeto entre Itajaí e Balneário Camboriú, vi caminhões do Exército e dos bombeiros, carros das polícias e barcos de salvamento espalhados. Pessoas sujas de lama, crianças chorando e destruição faziam parte do cenário. Eu não conseguia assimilar a crueldade da força da natureza e a fragilidade da situação. E o pior, não conseguia prever o que aconteceria em seguida. Até o final daquele dia, 90% do território da cidade seria atingido pelas águas e pela força da enchente. (ZENATTI e SOLEDAD, 2009:21)



Os impactos destas situações também refletem diretamente na vida dos profissionais e não raro a população coloca toda sua expectativa de socorro e de ajuda nestes trabalhadores, o que gera grande sobrecarga emocional. A gestão dos serviços socioassistenciais e acolhimento emergencial deve atentar para os impactos emocionais do contexto de emergência nas pessoas acolhidas e nos trabalhadores, possibilitando, nos casos que se fizer necessário, atenção psicológica, com os devidos encaminhamentos para a rede de saúde dos municípios.



Por este motivo, a necessidade de monitorar a saúde física e mental dos profissionais e voluntários envolvidos nas ofertas socioassistenciais destinadas às famílias e indivíduos afetados pela emergência socioassistencial e articular estratégias para suporte emocional especializado, tais como articulação com a rede de saúde, com conselhos de classe profissional e encaminhamentos para atendimento por profissionais especializados – psicólogos e psiquiatras, entre outros.



Outras políticas, como a saúde, já sistematizaram e criaram parâmetros para essa discussão, como apresentado por FREITAS (2016), listando algumas recomendações para o autocuidado:

### **Durante a emergência**

- Comer e beber água frequentemente em pequenas quantidades e descansar quando houver diminuição da disposição, coordenação e tolerância;
- Escuta entre pares;
- Manter, na medida do possível, contato com familiares e amigos.



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES  
F A D U R P E



UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO

Secretaria de  
Desenvolvimento  
Social, Criança  
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO  
**PERNAMBUCO**  
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA  
CIDADANIA





## Após a intervenção

- Organizar grupos para troca das vivências entre os profissionais da equipe;
- Escutar respeitosamente em apoio mútuo;
- Reconhecer as limitações dos companheiros, sem encarar como algo pessoal;



## No retorno da vida cotidiana

- Praticar exercícios físicos, relaxamento/descontração e de respiração;
- Retornar às tarefas habituais o mais rápido possível;
- Descansar e dormir o suficiente;
- Alimentar-se de forma saudável e regular;
- Não tentar diminuir o sofrimento pelo uso de álcool e drogas;
- Buscar companhia e falar com outras pessoas para compartilhar sentimentos e pensamentos;
- Conversar com entes queridos dos que sofreram enquanto os estavam ausentes;
- Participar de atividades familiares e sociais;
- Ocupar e atender a família;
- Observar e analisar seus próprios sentimentos e pensamentos, refletindo sobre a experiência vivida e o que isso significa para sua vida;
- Buscar contato com a natureza e animais de estimação.



- Reconhecer limites pessoais;
- Trabalhar, sempre, na perspectiva de apoio mútuo;
- Respeitar e reconhecer a especificidade do trabalho de cada um, trabalhando para que as diferenças sejam somadas em benefícios do bem comum.

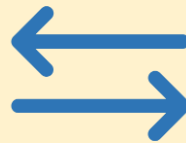
Reconhecer limites profissionais também é importante para que o trabalhador da Assistência Social não assuma tarefas que estão além de seu fazer profissional e que sejam afetas a outras profissões ou políticas específicas como a Defesa Civil, por exemplo.



## RECONSTRUÇÃO POSITIVA



EQUILÍBRIO ENTRE  
AS AÇÕES  
DESENVOLVIDAS



BUSCA PELO FOMENTO  
DE PRÁTICAS  
PREVENTIVAS

CONTINUIDADE AO CICLO DE GESTÃO DO RISCO



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES  
F A D U R P E



UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO

Secretaria de  
Desenvolvimento  
Social, Criança  
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO  
**PERNAMBUCO**  
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA  
CIDADANIA

 **PÁTRIA AMADA  
BRASIL**  
GOVERNO FEDERAL



Aqui ficam registradas as principais dimensões de um trabalho extremamente difícil, que exige dos profissionais muita habilidade e conhecimento técnico para atendimento da população afetada por desastres, calamidades públicas e situações socioemergenciais, sem o pretexto de exauri-las. A troca de experiências aliada a qualificação profissional são pilares que irão permitir o fortalecimento individual-coletivo.

Cyntia Medeiros



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES  
F A D U R P E



UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO

Secretaria de  
Desenvolvimento  
Social, Criança  
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO  
**PERNAMBUCO**  
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA  
CIDADANIA



PÁTRIA AMADA  
**BRASIL**  
GOVERNO FEDERAL



**Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude**  
**Secretaria Executiva de Assistência Social**  
**Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente**

**[www.sigas.pe.gov.br](http://www.sigas.pe.gov.br)**  
**E-mail: [capacitasuas.pe@sdscj.pe.gov.br](mailto:capacitasuas.pe@sdscj.pe.gov.br)**  
**Telefone: 81 3183 0715**

**Fundação Apolônio Salles**  
**Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE**

**E-mail: [capacitasuas.ufrpe@ufrpe.br](mailto:capacitasuas.ufrpe@ufrpe.br)**



Secretaria de  
Desenvolvimento  
Social, Criança  
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO  
**PERNAMBUCO**  
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA  
CIDADANIA

